

Mediação, comunicação e informação: a centralidade do sujeito e a produção da racionalidade neoliberal

Ana Amélia Lage Martins

Doutora; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil;

ana.martins@unirio.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6296-3441>

Resumo: Nas perspectivas de compreensão da informação e comunicação sob a ótica das mediações o sujeito ocupa um lugar central. Ao identificar a agência e o sujeito como fundamento principal do pensamento sobre as mediações desde Martín-Barbero, grande influência dos campos da Comunicação e Ciência da Informação latino-americanas, o artigo discute como a incorporação de uma certa ideia de mediação e a incidência sob a produção de subjetividades, pelo capitalismo, são questões que trazem chaves de leitura importantes para pensar a mediação, a comunicação e a informação, especialmente no neoliberalismo atual.

Palavras-chave: Mediação. Informação. Racionalidade neoliberal

1 Introdução

Desde que se popularizou nos campos da Comunicação e da Ciência da Informação latino-americanas a partir da herança dos Estudos Culturais ingleses e, especialmente, do trabalho de Martín-Barbero, o termo mediação, que já tinha uma presença marcada no pensamento filosófico ocidental como categoria com funções lógica, ontológica, metodológica e epistemológica (MARTINS, 2019), passou a ser amplamente utilizado como operador crítico a um certo “determinismo econômico” ou “economicismo” que dominava, segundo alguns, a crítica marxista aos meios de comunicação de massas. Esse “determinismo econômico” impediria a apreensão dos fenômenos comunicacionais e informacionais em sua complexidade, na medida em que as relações entre público e indústria cultural eram compreendidas em função exclusiva da produção de efeitos, da alienação das massas, o que acabava por enfatizar a

estrutura e retirar do sujeito sua condição essencial de agente inserido em contextos sociais concretos.

Além do “determinismo econômico”, o “determinismo técnico”, que atribuía demasiada relevância aos meios na produção dos “efeitos”, também se apresentava no âmbito desta crítica como um elemento reducionista da compreensão da comunicação, que precisava ser superado. Mediação, neste sentido, passa a evidenciar, sobretudo no campo científico da Comunicação, a necessidade de ultrapassar a leitura dos meios como instrumentos capazes de assegurar a reprodução ideológica do capital. As dinâmicas que envolviam a recepção das mídias e de produtos da indústria cultural, bem como a problemática histórica de suas implicações com a hegemonia necessitavam, assim, de uma nova perspectiva epistemológica que culminou na abordagem das mediações.

Esta perspectiva buscou ampliar, na América Latina, o horizonte de análise dos processos comunicacionais, reorientando fundamentalmente o olhar dirigido a objetos tradicionais do campo da Comunicação, como o estudo das audiências, marcado frequentemente por um corte dualista. A cultura e os estudos culturais ganham um lugar fulcral para a compreensão dos fenômenos da comunicação e, conseqüentemente, da produção, circulação e uso de informação.

Na Ciência da Informação brasileira o conceito se consolidou especialmente no âmbito dos estudos socioculturais da informação e das críticas epistemológicas dirigidas aos modelos positivistas de compreensão dos processos informacionais, cujo conjunto pode ser reconhecido como uma “epistême mediacional” (NUNES; CAVALCANTE, 2017).

Do ponto de vista histórico, as transformações políticas e, sobretudo, a intensificação da produção, distribuição, consumo e aplicações da informação, a partir do que comumente foi designado como “sociedade da informação”, tornaram o terreno ainda mais fértil para que o termo mediação se convertesse em uma constante terminológica. As tecnologias da informação e comunicação que se disseminam neste momento são apresentadas como “mediadoras” onipresentes da relação com o real, responsáveis por, ao mesmo tempo, eliminar

as velhas (e indesejáveis) intermediações e possibilitar novas “infinitas mediações” que convocavam os atores a se integrar em um “tecnossistema global” (MATTELART, 2002).

Na primeira década de 2000, também reverberam nos campos da Informação e Comunicação teorias que pensam a realidade a partir de uma perspectiva das redes, tais como as de Bruno Latour e Manuel Castells, dentro das quais as ideias indissociáveis de mediações, atores e agência são fundamentais.

São várias as influências teóricas e diversos os significados que ganha a mediação na Comunicação e na Ciência da Informação, o que tornou relevantes, e a cada dia mais numerosos, os estudos para a compreensão do termo nestes campos. Pode-se dizer, a partir de pesquisas realizadas na Ciência da Informação brasileira (MARTINS, 2010; SANTOS NETO, 2019, dentre outros), que a compreensão da mediação/mediações como ação decorrente da interação entre distintos agentes (humanos e não-humanos) e elementos (materiais, simbólicos, técnicos etc.), vinculada aos processos de interpretação e elaboração de conhecimentos, foi a que mais logrou estabilidade neste campo. Nela, os sentidos e significados formulados pelas práticas culturais e dinâmicas informacionais protagonizadas por sujeitos singulares e diversos em contextos microssociais são um eixo relevante da análise.

É para este eixo, representado pelo “lugar do sujeito” na compreensão da informação e da comunicação sob a ótica das “mediações”, que este trabalho volta o olhar. Identificando o sujeito no núcleo de perspectivas acerca da mediação desde Martín-Barbero, importante referência teórica dos estudos informacionais e comunicacionais, o artigo discute como a incorporação de uma certa ideia de mediação e a incidência sob a produção de subjetividades, pelo capitalismo, são questões que trazem chaves de leitura importantes para pensar a mediação, a comunicação e a informação, sobretudo na fase do neoliberalismo atual.

2 Os processos de construção de sentidos e a centralidade do sujeito

A ênfase na agência, ou seja, na capacidade de ação dos indivíduos¹, é o aspecto mais recorrentemente ressaltado nas perspectivas teóricas sobre mediações, informação e comunicação e pode ser percebida desde a virada paradigmática que representaram os estudos culturais e a teoria de Martín-Barbero para a Comunicação e a Ciência da Informação na América Latina. Isto porque, embora a superação epistemológica da dicotomia entre agência e estrutura seja um pressuposto para a compreensão da comunicação e da informação, é o sujeito quem ocupa o eixo principal do que tem sido produzido como “perspectiva das mediações”.

No âmbito da Ciência da Informação, a mediação é frequentemente localizada como uma categoria que pressupõe, de maneira geral, uma **ação** realizada por um sujeito que atua no mundo através de **relações** (com outros sujeitos, com instituições, com a informação, com dispositivos tecnológicos, com sistemas simbólicos etc.). No escopo das preocupações teórico-aplicadas do campo, este sujeito é frequentemente o “usuário” da informação e o bibliotecário/profissional da informação, que agenciam diversas mediações a partir das relações intersubjetivas, com os conteúdos e com os dispositivos informacionais, das quais decorrem processos renováveis e conflituos de construção de significados, de identidades e do conhecimento que orienta a ação individual e coletiva.

Esta tendência pode ser percebida na localização epistemológica da mediação no rol das “teorias da ação” e no *continuum* das críticas à noção de reprodução marxista,² que destacaram a capacidade criativa dos indivíduos frente aos mecanismos estruturais de dominação do sistema capitalista, especialmente da indústria cultural, movimento em que a influência das correntes pós-modernistas passou, em certo momento, a ser determinante.

A problemática da mediação na Ciência da Informação brasileira é contemporânea à discussão sobre a cultura e o redimensionamento do sujeito nos estudos informacionais, como demonstra Santos Neto (2019).

O lugar do sujeito, não contemplado em sua dimensão sócio-histórica pela Teoria Matemática da Comunicação e por perspectivas cognitivistas, é restituído no campo desde a década de 1990, ajudando a atualizar importantes subcampos de pesquisa, tais como os estudos de usuários e configurando novas perspectivas, dentre as quais a das “práticas informacionais”.

Araújo (2003) esclarece a importância dos termos sujeitos e intersubjetividade para a apreensão dos fenômenos informacionais a partir de então.

A questão da intersubjetividade conformada a partir da informação se torna central para a compreensão dos diferentes planos de realidade, da distinção entre as diferentes formas de conhecimento e dos mecanismos de sua configuração e legitimação. Os sujeitos precisam, necessariamente, ser incluídos nos estudos sobre a informação e, sobretudo, precisam ser incluídos em suas interações cotidianas, formas de expressão e linguagem, ritos e processos sociais. (ARAÚJO, 2003, p. 25).

Inserida nos estudos sociais da informação, a mediação estará comumente vinculada ao papel desempenhado pelos atores (ou actantes, segundo Latour) nas dinâmicas de produção, circulação e apropriação da informação, tendo como referentes: a) a consideração de que a realidade é socialmente construída, sobretudo pela linguagem e pelas relações; b) os processos conflituos de produção de sentidos, em sua dimensão individual e social.

Jesús Martín-Barbero é uma importante referência não apenas para os estudos das mediações na Comunicação, mas também na Ciência da Informação brasileira, conforme ratifica Araújo (2016), além de Silva, Nunes e Cavalcante (2018). Ao pensar a mediação como categoria de um “novo quadro conceitual da Ciência da Informação”, o primeiro autor assinala que o termo

vem sendo utilizado principalmente a partir da contribuição de Martín-Barbero (1997) e de toda uma tradição que se seguiu a ele. Argumenta o autor que, na busca do entendimento de como as realidades sociais são o que são, em suas identificações e diferenças, mais importante do que o estudo das institucionalidades (que o autor chama de “meios”) são os contínuos processos de suas construções e apropriações, consolidações e resistências, nos quais atuam diferentes atores (o que ele chama de “mediações”). (ARAÚJO, 2016, p. 13).

2.1 A herança barberiana

Como já foi amplamente tratado nos últimos trinta anos, sabe-se que Martín-Barbero não conceituou de modo definitivo a mediação, tendo-a empregado de modo distinto ao longo de sua obra. Tampouco foram consensuais as interpretações empreendidas sobre o conceito de mediação do autor, as quais renderam e ainda rendem numerosos esforços e disputas em diferentes subáreas, como é o caso da Economia Política da Comunicação e dos Estudos Culturais. Para os limites deste trabalho, cabe-nos destacar que as mediações indicam, para Martín-Barbero (2009a), que a comunicação não deve ser pensada em termos dos efeitos da recepção dos meios de comunicação de massas, mas como um processo fundamentalmente mediado, ou seja, com múltiplas intervenientes. Este processo tem dimensões relacional, política e cultural, configura e é configurado pelas relações históricas de poder, e tem como protagonista o indivíduo (ou o sujeito, individual e coletivo): um ser ativo que produz interpretações variadas, significa e ressignifica mensagens, disputa e cria sentido nas dinâmicas cotidianas da comunicação.

O sujeito localiza-se já no ponto de partida da obra mais emblemática de Martín-Barbero, *Dos meios às mediações*. Segundo o autor, o livro representava um esforço no sentido de:

mudar o lugar das perguntas, para tornar investigáveis os processos de constituição do massivo para além da chantagem culturalista que os converte inevitavelmente em processos de degradação cultural. E para isso, investigá-los a partir das mediações e dos sujeitos, isto é, a partir das articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais. (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 29a).

A produção social de sentido pelos sujeitos constitui uma linha analítica fundamental para a compreensão dos fenômenos da comunicação e informação pela ótica das mediações. Os modos pelos quais as pessoas processualmente interpretam e conferem significados à comunicação, ou seja, como produzem socialmente sentidos para o ato comunicacional e para o conteúdo transmitido através dos meios de comunicação, vão muito além do momento da recepção, de modo que é preciso compreender as mediações a partir de diferentes lugares,

como o da cotidianidade familiar, da temporalidade social, da competência e matrizes culturais. No imbricamento destes lugares está o sujeito da comunicação, sujeito dos movimentos sociais (ou o próprio movimento social), que participa, confronta e, a partir das práticas de comunicação e apropriação coletiva dos meios, pode produzir interferência pelas “brechas”.

É neste sentido que Martín-Barbero assinala as potencialidades “contra-hegemônicas” da comunicação, em um percurso compartilhado por outros autores latino-americanos marcado pela

recusa dos conceitos de indústria cultural, de manipulação e de alienação, em benefício de se estudar a cultura das camadas populares, as chamadas classes subalternas, sobrelevando as formas tradicionais, as permanências, as reapropriações e as resistências nos discursos das expressões e manifestações populares. (FIGARO, 2019, p. 229).

Assim, a apropriação social das tecnologias da comunicação e informação (cuja difusão se intensificava no momento de elaboração de sua teoria) mobilizou o interesse de Martín-Barbero, que destacou nesta a possibilidade de hibridação e mestiçagem das culturas. Já na primeira década dos anos 2000 ele assinala que:

fato profundamente novo – mas principalmente inovador – é a apropriação crescente de novas tecnologias por grupos das camadas subalternas, o que lhes permite uma verdadeira “revanche sociocultural”, isto é, a construção de uma contra-hegemonia cultural (MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 13).

Cumprе ressaltar que o sujeito de Martín-Barbero não é, assim como a mediação, um termo que recebeu um tratamento conceitual que o circunscreveu à uma delimitação única. Variando entre indivíduos, sujeito, novo ator social, grupos e movimentos sociais, trata-se de uma noção que coloca as pessoas e “segmentos” (como os jovens) e coletivos no centro da compreensão sobre a comunicação percebida pelas mediações³. Trata-se, de perceber o que, “nos dominados, trabalha a favor do dominador” (MARTIN-BARBERO, 2009b, p.12) mas, sobretudo, as possibilidades de resistência dos sujeitos frente aos mecanismos de manipulação e controle encarnados nos circuitos da comunicação de massas e na indústria cultural.

Jacks e Schmitz (2017) lembram que o “encontro” de Martín-Barbero com a atenção aos sujeitos aconteceu a partir de seu interesse por entender a comunicação pela relação entre cultura de massa e cultura popular, tendo como referentes não os meios, mas o contexto da vida cotidiana, as oralidades e as identidades culturais. Foi, segundo elas,

[...] no âmbito dos estudos de recepção e consumo cultural que o encontro com os sujeitos ocorreu de forma concreta, entre outros, com o segmento das classes populares, das mulheres, dos grupos familiares, dos indígenas, dos jovens etc. Estes últimos, na visão do autor, são elencados na categoria de “novo ator social” somente em meados de 1980, quando assumem um protagonismo até então inexistente no mundo social e nos meios de comunicação latino-americanos. Esse protagonismo foi antecedido de um processo lento, que tem seu ponto de inflexão na passagem dos anos 60 para os 70, como repercussão do maio de 68. É apenas na década seguinte, contudo, que Martín-Barbero passa a refletir sobre este novo ator e os significados dele no desordenamento cultural do período. (JACKS; SCHMITZ, 2017, p. 2).

A reorientação do lugar do sujeito e a consideração de que os referenciais dos processos de “construção de si” e das identidades foram profundamente alterados desde a sua concepção Moderna podem ser vistas em todo o campo das Ciências Sociais e Humanas desde o final dos anos de 1960. Elas resultam, dentre outros, dos desafios epistemológicos colocados pelo contexto histórico, marcado, sobretudo, pela emergência dos “novos movimentos sociais” que se orientavam para o campo da cultura, pelas transformações do capitalismo e pela insuficiência dos modelos positivistas de leitura da realidade.

Se no campo da Comunicação o sujeito complexifica o entendimento da recepção, na Ciência da Informação ele aprofunda as dimensões da categoria fundamental de usuário, problematizando e ampliando os seus significados.

2.2 Sujeito informacional

Ao mapearem os tipos de sujeitos que se evidenciam na Ciência da Informação ibero-americana e discutirem a emergência e o percurso do termo “sujeito informacional”, Cruz e Araújo (2020) destacam, a partir de uma robusta revisão de literatura, que as compreensões sobre os sujeitos no campo não são propriamente legatárias das discussões teóricas clássicas sobre o

sujeito/indivíduo, que têm uma longa trajetória filosófica e importantes marcos no pensamento ocidental tais como Descartes, Freud, Lacan, Foucault, Deleuze, dentre outros. Apontado frequentemente para designar de outro modo “o usuário da informação” e o “público-usuário”, o sujeito tradicionalmente era visto como o indivíduo que acessa/utiliza informação para suprir uma necessidade informacional, sendo posteriormente pensado como aquele que produz conhecimento por meio de suas estruturas cognoscentes e, finalmente, como o agente que busca, acessa e se apropria da informação (CRUZ; ARAÚJO, 2020).

O conceito específico de “sujeito informacional”, segundo os autores, é relativamente recente no campo e decorre, notadamente, das perspectivas críticas dirigidas à noção de usuário, sobretudo por Réndon-Rojas e García Cervantes (2012) e Day (2011), que assinalaram o caráter relacional entre sujeito e informação na construção do real. Pela perspectiva dos dois primeiros, seria a socialização da informação a ação por meio da qual “o sujeito faz a mediação do real, real que só existe por meio da informação, informação que, por sua vez, media (sic) tanto as transações intersubjetivas quanto a auto-identidade (sic) do sujeito” (CRUZ; ARAÚJO, 2020, p. 7). Assim como para Martín-Barbero, o sujeito informacional aqui não é um usuário de informação passivo ou um indivíduo constrangido pelas estruturas, mas um agente de informação que “assume posição no espaço socioinformacional concreto, perante a reflexão, análise e atuação na estrutura social” (CRUZ; ARAÚJO, 2020, p. 11). O sujeito é aquele que interpela, demanda, negocia, atua e constrói identidades.

É no contexto das sociedades contemporâneas, que acontece

a emergência do sujeito informacional, em um cenário que condiciona, mas ao mesmo tempo permite ao sujeito interpelar para demandar, construir e articular novas estruturas socioinformativas, para atuar nessa conjuntura social. Perante este fenômeno social, se reafirma que as identidades não se impõem, se constroem; são produto das relações sociais complexas. (RENDÓN-ROJAS; GARCÍA CERVANTES, 2012⁴ apud CRUZ; ARAÚJO, 2020, p. 8).

A ideia de sujeito informacional, portanto, fala do indivíduo cujo contexto de existência é marcado por uma intensa produção, circulação, consumo e

apropriação da informação, especialmente viabilizados pelas tecnologias da infotelecomunicação. Ao conceito de sujeito se aproximam as noções de mediação, produção de sentidos e identidades, acionadas na interação informacional entre indivíduos, acervos, dispositivos técnicos e sistemas simbólicos. Ao mesmo tempo, parece expressivo, desde Martín-Barbero, um esforço de descolamento da noção de sujeito das ideias de alienação, manipulação e reprodução, elementos das críticas dirigidas ao “determinismo econômico” que culminaram, como anteriormente dito, no “paradigma das mediações”. Pode-se compreender, contudo, que as perspectivas do sujeito colocadas a partir desta mudança paradigmática operam mais com uma noção de sujeito possível no horizonte, sujeito cuja ação é, antes, uma potência para emancipação e com o qual os campos da Informação e da Comunicação devem se comprometer.

É importante reconhecer, no entanto, que ao mesmo tempo que os discursos sobre sujeito e mediações foram operados de maneira importante tanto pelas ações políticas dos “novos movimentos sociais” quanto em propostas epistemológicas que ampliaram o entendimento da informação e comunicação, uma mobilização destas mesmas noções se converteu em estratégia decisiva para a consolidação de uma nova forma do capitalismo: a forma neoliberal. Como se sabe, um dos meios mais eficazes para o esvaziamento dos conceitos, sobretudo dos que carregam uma potência revolucionária, é a sua hiperinflação, ou seja, um abuso da sua aplicação de modo impreciso, ou como panaceia analítica. Este parece ter sido o caso de um modo específico de incorporação e instrumentalização das categorias mediação e sujeitos pelo capitalismo neoliberal.

3 Mediações e desintermediações na “sociedade da informação”

A principal forma de incorporação do termo mediação – cuja acepção filosófica dialética relaciona-se ao movimento integrado do real e do racional, aos nexos de uma totalidade complexa em permanente contradição⁵ – na produção discursiva do neoliberalismo via ideia de “sociedade da informação” se deu tanto pela ideologia da “morte dos mediadores” e dos “intermediários

tradicionais”⁶, quanto pela emergência de um número infinito de “novas mediações”.

Este movimento foi identificado por Matellart (2002), que neste momento histórico assinalou como “os discursos apologéticos sobre as sociedades da informação ziguezagueiam entre dois axiomas opostos: a entrada na nova era das mediações ou a saída dessa mesma era” (MATTELART, 2002, p. 146). Ao mesmo tempo que mediações infinitas pressupunham a configuração de um mundo em rede, sem fronteiras e sem líderes, a tese da desintermediação e do declínio dos “mediadores tradicionais” sustentava a promessa de liberdade aos sujeitos, possibilitada graças às tecnologias da informação e à internet: lugar onde compradores e vendedores negociariam diretamente, a política seria ampliada sem a intermediação imprescindível dos partidos, a produção descentralizada de informação floresceria a democracia e o acesso ao conhecimento sistematizado se tornaria autônomo. Essa construção discursiva em torno do fim e da emergência de “novas mediações”, no entanto, servia apenas como justificativa para a informatização geral da sociedade que proporcionava a intensificação da fluidez do capital, a predominância dos processos de acumulação rentista e para a desregulamentação dos mercados e a renovação das formas de exploração do trabalho⁷.

O chamado “capitalismo de plataforma” de hoje, definido genericamente como “a estratégia de colocar atores corporativos (plataformas), como meros intermediários tecnológico-comunicacionais que articulam uma relação de serviços e negócios entre indivíduos ou instituições” (WIKIPEDIA, 2021) é a culminância da reorientação e esvaziamento do sentido das mediações na “sociedade da informação”.

É significativo perceber, tanto em termos epistemológicos quanto políticos, como a adesão aos discursos sobre as “novas mediações” coloca a impossibilidade de apreender a realidade em termos totalizantes e, por conseguinte, de transformá-la de modo totalizante. Elas apontam, assim, para a fragmentação como lógica fundamental do conhecimento e da ação dos sujeitos, propondo uma recusa dos referenciais marxistas, cuja teoria-práxis tem na totalidade o seu fundamento revolucionário essencial.

No campo da política, a chegada de novos mediadores vai, segundo Silva (2007), endossar a morte do intelectual orgânico. A autora identifica a emergência da noção de mediador acompanhada de uma crítica contundente à figura do intelectual orgânico que, segundo Gramsci, desempenha função organizativa na construção da hegemonia. A decadência do intelectual ou sua substituição pelo mediador deixam subjacentes uma negação da relação do intelectual com as classes sociais e da função política desempenhada por este diante da disputa por direção na sociedade. A noção de mediador que emerge com o neoliberalismo, assim, foi construída:

[...] saturada de determinações de ordem cultural e desprovida de outras determinações: nela esfacela-se a dimensão das relações de produção e das classes e enfatiza a dimensão da cultura, da política e das relações intersubjetivas, despolitizando a função dirigente do intelectual. (SILVA, 2007, p. 7).

Os mediadores são, frequentemente, identificados como os novos atores da mobilização social, que passa a ser encaminhada, sobretudo, por meio de organizações sem fins lucrativos e nos espaços de representação “mediadores” entre estado, mercado e a sociedade civil, para onde se direciona a produção de consenso. Contemporaneamente, a emergência e a consolidação dos mediadores que nascem nas chamadas “redes sociais da internet”, responsáveis por mobilizar e mesmo definir os termos do debate público cotidianamente, evidenciam um processo que não apenas coroa a morte do intelectual orgânico, mas assinalam um fenômeno importante do nosso tempo: o declínio da autoridade do especialista.

A crise dos mediadores tradicionais acontece ao mesmo tempo em que o sujeito é convocado a assumir um novo-velho lugar: o de *self made man*.

4 O sujeito neoliberal

A produção e a gestão do indivíduo ajustado às necessidades do capital sempre foram elementos importantes de organização do capitalismo em suas diferentes fases, como demonstraram Foucault e diversos outros autores. No entanto, desde a crise de 1970 é possível perceber a incidência sobre a produção de

subjetividades como um distintivo importante da consolidação da nova etapa histórica representada pelo neoliberalismo.

Embora não seja definido de modo consensual, o neoliberalismo é fruto de profundas transformações do capitalismo em nível global decorrentes da crise de acumulação da década de 1970, cujos efeitos foram diferentes nos diversos lugares do mundo, e que culminaram no modelo de globalização econômica. Neste processo, aspectos econômicos ligados à expansão do capital financeiro internacional, à transnacionalização do capital produtivo, à alta segmentação de mercado e às políticas de liberalização, desregulamentação e privatização se articularam a elementos de ordem política, cultural e subjetivos (BOLAÑO, 2000).

A noção de biopolítica como modo de *governamentalidade*, como teorizou Foucault (2008), assinala para inflexões importantes na história do sujeito ocidental produzida desde a passagem do século XIX para o século XX, na medida em que, visando não mais apenas o indivíduo, mas a população, voltou-se para todos os processos da vida, capturando-os em sua totalidade. Neste complexo, o poder passou a operar, além da sua tradicional expressão negativa – aquela que embota, impede, constrange – em um sentido positivado, voltando-se para um imperativo que diz sim, conduzindo a modos de subjetividade pautados por um ideal pré-fabricado de boa vida, realização e mesmo felicidade. É neste sentido, em que uma lógica não exclui a outra, que aos tradicionais mecanismos de vigilância e punição acrescentam-se noções relacionadas à saúde, beleza, alta performance, competitividade, dentre outras. Um poder compreendido como positivo justamente pelo seu efeito de produção de subjetividades.

Com o neoliberalismo há um rearranjo dos processos de normatização das técnicas disciplinares que tradicionalmente constituíram o sujeito produtivo da sociedade moderna industrial, aquele governado pelo dispositivo da eficácia, que possibilitou certo modo de funcionamento da subjetividade amparada na noção de homens e mulheres “dóceis ao trabalho e dispostos ao consumo” (DARDOT; LAVAL, 2016a, p. 325).

Estes processos contaram fundamentalmente com uma homogeneização do discurso do indivíduo em torno da figura da empresa, o que cumpriu por unificar as formas plurais de subjetividade que as democracias liberais permitiram, ao possibilitar um funcionamento heterogêneo do sujeito por meio da separação e articulação entre as diferentes (e conflitivas) esferas (moral, política, econômica etc.).

Ao expandir o econômico e a lógica do mercado para todos os domínios da vida a partir da reorientação do Estado, o neoliberalismo se converteu em “uma forma total da difusão social de um sistema de regras de ação” (DARDOT; LAVAL, 2016b, p. 2), que pode ser compreendido como um tipo específico de racionalidade. Este é o argumento central de Dardot e Laval (2016a), autores que propõem, a partir de Foucault, a compreensão do neoliberalismo como uma nova razão de mundo fundamentada na concorrência como *forma geral* das atividades, na ampliação e fortalecimento da lógica de mercado para fora da esfera mercantil, convertido hoje em um “sistema de dominação universal, multidimensional, social e econômico, jurídico e político” (LAVAL, 2020, p. 278).

Estabelecendo a concorrência como norma das relações e introduzindo a concepção da sociedade como uma empresa constituída de empresas, a racionalidade neoliberal encerra um modo de governo das condutas que responsabiliza individualmente os indivíduos, estabelecendo um imaginário comum em que operam de modo crucial a superação de metas e o dispositivo de performance e gozo. Impondo uma homogeneização que torna indistinguível o mercado e o não-mercado, trata-se, segundo os autores, da imposição de um padrão de relações sociais que abarca todos os níveis da existência individual e coletiva, seja no comportamento econômico ou na relação do indivíduo consigo mesmo (DARDOT; LAVAL, 2016b).

Em um momento em que se instituem novas e a cada dia mais desumanizadoras formas da relação capital-trabalho e quando os afetos e o próprio vínculo social se convertem em instrumentos de extração do valor, o neoliberalismo produz o sujeito de que

necessita, ordenando os meios de governá-lo para que ele se conduza realmente como uma entidade em competição e que, por isso, deve maximizar seus resultados, expondo-se a riscos e assumindo inteira responsabilidade por eventuais fracassos. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 328a).

Se as tecnologias da informação e comunicação foram decisivas para a mundialização e concentração do capital, para a transformação da gestão do trabalho e suas relações correspondentes, foram também fundamentais para incidir, de maneira contundente, sob a produção de subjetividades adaptadas ao fim do Estado de bem-estar social e às novas e precárias condições de vida que trouxe o neoliberalismo.

Como mecanismos de produção da subjetividade neoliberal estão as “redes sociais da internet” e práticas informacionais diversas que nela⁸ se dão, as quais converteram estas “ferramentas de captação da subjetividade coletiva com fins de enriquecer os bancos de dados” (BOLAÑO; VIEIRA, 2014, p. 78) nas empresas mais lucrativas e poderosas do mundo. Garantindo o engajamento tão necessário para que a mercadoria-audiência seja comercializada (através da publicidade segmentada) e os dados (rastros) produzidos, ao passarem pela mediação do trabalho intelectual, sejam transformados em valor, as redes sociais da internet operam com a produção de uma subjetividade específica do neoliberalismo, pautada na compreensão do sujeito como um capital que deve se valorizar (DARDOT; LAVAL 2016a).

É assim que os usos e apropriações destes dispositivos tecnológicos podem ser vistos, dialeticamente, como possibilidades de resistência criadora, mas também como mecanismos de uma mediação específica: aquela que promove ajustes cognitivos dos sujeitos à forma do capitalismo neoliberal.

5 A mediação social

A produção de ajustes cognitivos necessários para que os sujeitos se adaptassem à nova realidade colocada para as “sociedades pós-industriais”, no final da década de 1960, foi tratada centralmente pelo espanhol Martín Serrano, autor que propôs, pioneiramente na Ibero-América, uma teoria da “mediação social”

para a Comunicação⁹. Em seu livro *La Mediación Social*, escrito entre 1969 e 1975, ele parte da consideração de que a transformação do capitalismo naquele momento trazia outras formas de organizar as relações sociais em todos os seus níveis, econômicos, culturais, políticos. Formas estas que contavam fundamentalmente com os mecanismos de mediação social, responsáveis por introduzir um desígnio, ou “modelos de ordem”, que permitiam que as contradições (como as explicitadas por movimentos de maio de 1968) fossem utilizadas para reproduzir a ordem contraditória e que a alienação pudesse produzir identidade.

Com uma compreensão aproximada à ideia de racionalidade neoliberal, o autor identifica os mecanismos de mediação social como modos de coerções existenciais e não somente ideológicas, capazes de incorporar sistematicamente o protagonismo dos sujeitos como elemento de reprodução do capital. Estes mecanismos estabeleciam procedimentos de controle cujo objetivo era fazer com que as sociedades capitalistas monopolistas de então se desprendessem dos valores próprios da era industrial, que haviam se convertido em empecilho para a expansão do capitalismo em sua nova expressão global. Os valores culturais passam a ser operados, assim, de forma mais intensa como valores econômicos, o que é empreendido especialmente pela televisão e pelas tecnologias da informação, que instauram um “modo pós-industrial de conceber o mundo” (MARTÍN SERRANO, 2008, p. 19, tradução da autora).

Os sistemas de ajuste das sociedades “pós-industriais” se organizavam também por meio da sedimentação da ideia de que a crise havia invadido todos os âmbitos da existência, não se restringindo mais apenas ao econômico, mas se convertendo em um estado permanente. Isso faz com que os atores sociais se adaptem a viver em um modo de crise ininterrupta, sem questionar o sistema do ponto de vista global. Tais estados de crise são apresentados como:

[...] consequência inevitável das adaptações da sociedade aos avanços tecnológicos contínuos, que supostamente possibilitam o bem-estar e as liberdades. Como se dá por fato que não há alternativa a esta desordem social estabelecida, os desequilíbrios/desajustes devem ser corrigidos, agindo sobre os sujeitos. Assim, a existência humana é representada em um estado permanente de exceção. Para lidar com as crises, espera-se que cada

indivíduo “mude” quantas vezes seja necessário e tanto como resulte preciso. (MARTÍN SERRANO, 2008, p. 20, tradução da autora).

Assim, segundo o autor, se manejam as contradições sociais como desequilíbrios/desajustes individuais. Os conflitos que poderiam enfrentar os sujeitos com as instituições se transferem para relacionamentos interpessoais. Essa forma de controle recorre à mediação social que, por sua vez, envolve o desenvolvimento de um amplo setor produtivo dedicado ao ajuste social por meio das instituições mediadoras, dos modelos mediadores e dos objetos mediadores¹⁰. Portanto, a mediação social à qual o autor se refere opera através de meios materiais e imateriais, cognitivos e institucionais e tem um fim reprodutivo, na medida que é necessária para que o modelo socioeconômico perdure e para que a economia de mercado prossiga com sua inevitável missão de promover um uso econômico de todos os territórios e recursos existentes” (MARTÍN SERRANO, 2008, p. 22, tradução da autora).

As diversas formas e modos de produção e uso da informação se convertem, neste sentido, nas “sociedades da informação”, em eficazes mecanismos de mediação social a incidir na produção de ajustes cognitivos que culminam na produção de uma racionalidade neoliberal. A internet e os usos dos dispositivos de informação e comunicação cumprem, neste sentido, um papel exemplar, na medida em que se convertem em um grande laboratório de produção de subjetividades (SIBILIA, 2016).

A instauração de uma racionalidade neoliberal, no entanto, não se produz sem resistências, como é próprio das dinâmicas sócio-históricas, configuradas por tensões e lutas permanentes. Além disso, como todo fenômeno de grande complexidade, tema universal e interdisciplinar, a produção de subjetividade não pode ser pensada, em nenhum tempo histórico, de uma maneira rígida e determinista. Quando se fala em subjetividade neoliberal, tema que tem mobilizado debates científicos em diferentes agendas de pesquisa, trata-se, antes, de perceber uma particularidade constituída por elementos comuns a alguns sujeitos, que partilham certo espaço-tempo, mas que não afetam a

totalidade da espécie humana (nível universal) e tampouco constituem traços meramente individuais (nível singular)” (SIBILIA, 2016, p. 144).

Olhar para esta particularidade permite-nos perceber mediações de uma outra ordem, que revelam os nexos necessários entre a produção material e a produção do sentido, tendo como horizonte que os sujeitos que as protagonizam se movem dentro da lógica capitalista, lógica que, como lembra ainda Sibilía (2016, p. 54), compreende um regime histórico que sempre “precisa de determinados tipos de sujeitos para alimentar seus circuitos integrados, enquanto repele ativamente a configuração de outros corpos e subjetividades”.

6 Conclusões

Se os termos mediações e sujeito, especialmente desde a década de 1980, passam a ocupar o centro de reorientações políticas e epistemológicas importantes, as mesmas noções, ao serem instrumentalizadas, operarão na organização de uma nova lógica de articulação entre as forças produtivas e as relações sociais de produção, estabelecendo uma “racionalidade neoliberal”.

Esta nova forma representada pela fase neoliberal capitalista projetou-se de maneira intensa sob a produção de subjetividades, que teve no desenvolvimento das tecnologias da informação e suas aplicações nas mais diversas atividades humanas um fator de viabilização fundamental.

A ampliação das possibilidades de se produzir, consumir e compartilhar informação pelos usos dos dispositivos móveis, aliada ao fenômeno da convergência tecnológica, da algoritmização e da composição inédita de um gigantesco volume de dados a partir dos quais é possível induzir o comportamento dos indivíduos, marca o tempo histórico do sujeito neoliberal.

No neoliberalismo, o sujeito se vê diante do “desafio” de viver em um cenário assinalado, dentre outros aspectos, pela ampliação da exploração, pela gradativa dissolução dos vínculos de trabalho e dos direitos sociais, pela hiperfragmentação da realidade, pela existência de nichos de mercados altamente especializados, em que ele é, ao mesmo tempo, produtor, consumidor, produto e excluído. E onde, a todo o tempo, ele é convocado a se inserir, se

adaptar, se afirmar, a reagir e a se exibir como produtivo, divertido, combativo, indignado e feliz.

A produção do “sujeito neoliberal” coloca questões relevantes para a compreensão do sujeito informacional, das “mediações da informação” e para as ações concretas vindas do campo da Informação e da Comunicação que têm em vista a emancipação, a transformação da realidade e o pleno desenvolvimento dos indivíduos. Sobretudo porque as mesmas práticas de produzir, acessar e compartilhar informações que podem ser direcionadas à emancipação, à produção de identidades ou à intervenção social são sistematicamente convertidas em mecanismos renovados de controle, expansão e reprodução do capital e das, a cada dia mais sofisticadas, estratégias de disputa geopolítica no sistema global¹¹. Porque ao sujeito informacional, ao sujeito ontológica e eticamente realizado, se projeta a sombra quase insondável do sujeito neoliberal.

Construir propostas para compreender e perceber as mediações alienadas que incidem sobre a produção do sujeito neoliberal e que viabilizam a reprodução da atual forma do capitalismo é, neste sentido, um desafio epistemológico e ético-político de grande importância que implica, inevitavelmente, os campos da Comunicação e da Ciência da Informação.

Referências

ALMEIDA, M. A. Mediação e mediadores nos fluxos tecno-culturais contemporâneos. **Informação & Informação**, Londrina, v. 2, n. 19, p. 191-214, 2014.

ARAÚJO, C. A. A. Novo quadro conceitual para a Ciência da Informação: informação, mediações e cultura. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 9, n. 2, p. 1-17, 2016.

ARAÚJO, C. A. A. Ciência da Informação como ciência social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 21-27, 2003.

BOLAÑO, C. R. S. **Indústria cultural, informação e capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 2000.

BOLAÑO, C. R. S.; VIEIRA, E. S. Economia política da internet e os sites de redes sociais. **Eptic Online**, [s.l.], v. 16, n. 2, p.75-88, 2014.

CAPITALISMO DE PLATAFORMA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Capitalismo_de_plataforma&oldid=60868100>. Acesso em: 9 abr. 2021.

CRUZ, R. C.; ARAÚJO, C. A. A. Sujeito informacional, conceito em emergência: uma revisão teórico-conceitual de periódicos ibero-americanos. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 30, n. 1, p. 1-22, 2020.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão de mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016a.

DARDOT, P.; LAVAL, C. Neoliberalismo e subjetivação capitalista. **Revista O Olho da História**. Salvador, n. 22, p.1-15, abr. 2016b.

DAY, R. E. Death of the user: reconceptualizing subjects, objects, and their relations. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, Silver Spring, v. 62, n. 1, p. 78-88, 2011.

FÍGARO, R. Potencial explicativo dos estudos de recepção no contexto do Big Data. **Intercom-RBCC**, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 223-237, 2019.

FÍGARO, R.; BACCEGA M. A. Sujeito, comunicação em cultura. **Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 151, p. 62-80, 1999.

FOUCAULT, M. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GATES, B. **The road ahead**. New York: Viking USA, 1995.

JACKS N. A.; SCHMITZ, D. M. Sujeitos juvenis e protagonismo social em Jesús Martín-Barbero. **Famecos**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 1-23, 2017.

LAVAL, C. A Pandemia de Covid-19 e a falência dos imaginários dominantes. **Mediações**, Londrina, v. 25, n. 2, p. 277-286, 2020.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009a.

MARTÍN-BARBERO, J. Novas visibilidades políticas da cidade e visibilidades narrativas da violência. In: COUTINHO, E. G. (org.). **Comunicação e contra-hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. p.11-26.

MARTÍN-BARBERO, J. Bem-vindos de volta ao caos: entrevista com Jesús Martín-Barbero. [Entrevista concedida a André] Instituto Humanitas, São Leopoldo, 2014, p.1-6. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/170->

noticias/noticias-2014/537910-bem-vindos-de-volta-ao-caos-entrevista-com-jesus-martin-barbero. Acesso em: 4 fev. 2021

MARTÍN-BARBERO, J. As formas mestiças da mídia. [Entrevista concedida a Mariluce Moura] Pesquisa Fapesp, São Paulo, n.163, 2009b, p.10-15.
Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/170-noticias/noticias-2014/537910-bem-vindos-de-volta-ao-caos-entrevista-com-jesus-martin-barbero>. Acesso em: 4 fev. 2021

MARTÍN SERRANO, M. **La mediación social**: edición conmemorativa del 30 aniversario. Madrid: Akal, 2008.

MARTINS, A. A. L. Mediação: categoria lógica, ontológica, epistemológica e metodológica. **Investigación Bibliotecológica**, Cidade do México, v. 33, n. 80, p. 133-154, 2019.

MARTINS, A. A. L. **Mediação**: reflexões no campo da Ciência da Informação. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

MATTELART, A. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Loyola, 2002.

MINAYO, C. M. C. S. Estrutura e sujeito, determinismo e protagonismo histórico: uma reflexão sobre a práxis da saúde coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 6, n.1, p. 7-19, 2001.

NUNES, J. F.; CAVALCANTE, L. E. Por uma episteme mediacional na Ciência da Informação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 1-20, 2017.

RENDÓN-ROJAS, M. A.; GARCÍA CERVANTES, A. L. El sujeto informacional en el contexto contemporáneo: un análisis desde la epistemología de la identidad comunitaria-informacional. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 30-45, 2012.

SANTOS NETO, J. A. **O estado da arte da mediação da informação**: uma análise histórica da constituição e desenvolvimento dos conceitos. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019.

SIBILIA, P. **O show do eu**: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

SILVA, E. A. Os intelectuais diante da crise contemporânea. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 12., 2007, Recife. **Anais[...]**. Recife: UFPE, 2007.

SILVA, F. S.; NUNES, J. V.; CAVALCANTE, L. E. O conceito de mediação na Ciência da Informação brasileira: uma análise a partir da BRAPCI. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, n. 2, v. 2, p. 33-43, 2018.

Mediation, communication and information: the centrality of the subject and the production of neoliberal rationality

Abstract: In the perspectives of mediations in the field of Information and Communication, the subject occupies a central place. Identifying the agency and the subject composing an important axis of thinking about mediations since Martín-Barbero, great influence of Latin American Communication and Information Science fields, the article problematizes how the incorporation of a certain idea of mediation and the question of the production of subjectivities by capitalism is an issue that brings important reading keys for thinking about mediation, communication and information, especially in the current stage of neoliberal capitalism.

Keywords: Mediation. Information. Neoliberal rationality

Recebido: 23/10/2020

Aceito: 07/05/2021

Declaração de autoria

Concepção e elaboração do estudo: Ana Amélia Lage Martins

Coleta de dados: Ana Amélia Lage Martins

Análise e interpretação de dados: Ana Amélia Lage Martins

Redação: Ana Amélia Lage Martins

Revisão crítica do manuscrito: Ana Amélia Lage Martins

Como citar

MARTINS, Ana Amélia Lage. Mediação, comunicação e informação: a centralidade do sujeito e a produção da racionalidade neoliberal. **Em Questão**, v. 27, n.4, p 272-295, 2021. Doi: <http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245274.272-295>

- ¹ A discussão sobre agência e estrutura é uma problemática epistemológica fundante da própria Sociologia, tendo sido desenvolvida nos trabalhos de todas suas principais referências desde Spencer, no século XIX, passando por Weber, Marx, Radcliffe Brown, Simmel, Giddens, Bourdieu, e que organiza as principais correntes do campo. O debate é também crucial em outras áreas, como na Psicologia Social, Educação e Saúde Coletiva. Minayo (2001, p. 8) lembra que agência e estrutura “constituem conceitos fundamentais organizadores e diferenciadores de teorias, denotando uma visão particular a respeito dos processos recorrentes e estáveis da sociedade e das situações de mudança qualitativa, em particular, do papel produtivo e criativo da subjetividade na construção do mundo social”. A agência humana é, também, um tema filosófico de vasta trajetória que mobiliza correntes como a Ética e a Filosofia Moral, dentre outras. Em função da complexidade da temática, dos limites de espaço e objetivos deste texto não serão tratados os termos postos neste debate sobre agência e estrutura. Cumpre ressaltar que o sujeito, que no pensamento sociológico varia entre sujeito individual, sujeito coletivo, sujeito histórico, sujeito cultural etc., é uma noção que engloba a concepção do ser humano como criador das estruturas, como ator e autor da realidade, definidor e criador situações, cuja ação tem significado e intencionalidade (MINAYO, 2001). A agência é o núcleo das chamadas “teorias da ação” inauguradas com Max Weber, às quais a categoria mediação é frequentemente ligada.
- ² A crítica a um certo “determinismo econômico” que tornaria a teoria e práxis marxista para a compreensão e transformação da realidade “incompleta” ou “reducionista” destaca, de maneira geral, que existiria um certo “espelhamento” automático da base material às ideias, o que foi fruto, dentre outros movimentos epistemológicos e políticos, de uma incompreensão sobre o vínculo orgânico entre as ideias e base material colocado por Marx desde *A Ideologia Alemã*.
- ³ Em uma entrevista ao site da Unisinos, em 2014, o autor indica a problemática que implica o uso da palavra sujeito, da qual chega a se “esquivar” (MARTIN-BARBERO, 2014). Para mais sobre o assunto consultar também entrevista concedida pelo autor em 1999 em: FÍGARO, R.; BACCEGA, M. A. Sujeito, comunicação em cultura, **Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 151, p. 62-80, 1999.
- ⁴ RENDÓN-ROJAS, M. A; GARCÍA CERVANTES, A. L. El sujeto informacional en el contexto contemporáneo: un análisis desde la epistemología de la identidad comunitaria-informacional. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 30-45, 2012.
- ⁵ Para uma compreensão histórico-filosófica da categoria mediação ver MARTINS, A. A. L. (2019).
- ⁶ Para uma discussão sobre desintermediação ver: ALMEIDA, M.A. Mediação e mediadores nos fluxos tecno-culturais contemporâneos. **Informação & Informação**, Londrina, v. 2, n. 19, p. 191-214, 2014.
- ⁷ Esta ideia foi amplamente defendida por Bill Gates em seu livro *The Road Ahead* (A Estrada do Futuro, 1995). A obra propõe, através das noções de “capitalismo sem fricção” e “desintermediação”, a tese de que a eliminação dos intermediários por meio da criação de infovias de informação e dos canais digitais traria um novo e benéfico capitalismo, inaugurando um novo e maravilhoso mundo.
- ⁸ Tais como a excessiva exposição da intimidade.

⁹ É curioso que Martín-Barbero não tenha considerado o trabalho de Martín Serrano na elaboração de sua perspectiva sobre mediações. O autor menciona em uma única nota de rodapé o trabalho do seu conterrâneo na obra *Dos meios às mediações*, publicada uma década depois.

¹⁰ Como, por exemplo, instituições mediadoras da assistência social, modelos mediadores (como arquétipos que distinguem as pessoas) e objetos portadores de mediação (como os tranquilizantes) (MARTÍN-SERRANO, 2008, p. 21).

¹¹ Ver, por exemplo, mobilizações políticas organizadas a partir da internet em que sujeitos se unem para a derrubada de governos ou a troca de regime em países cujos rumos desagradam os interesses de grandes potências (especialmente os EUA), as chamadas “revoluções coloridas”. Estas estratégias, que contam com práticas massivas de desinformação, operações psicológicas, produção da opinião pública, dentre outras, têm se viabilizado, sobretudo, a partir das plataformas das “redes sociais” da internet.